

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	35
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	36
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	37
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	64.383.093
Preferenciais	64.383.093
Total	128.766.186
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	882.003	875.294
1.01	Ativo Circulante	382.291	258.040
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	117.748	17.531
1.01.02	Aplicações Financeiras	111.385	79.211
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	111.385	79.211
1.01.03	Contas a Receber	74.053	83.507
1.01.03.01	Clientes	74.053	83.507
1.01.03.01.01	Contas a Receber	73.568	83.001
1.01.03.01.02	Contas a Receber Partes Relacionadas	485	506
1.01.06	Tributos a Recuperar	37.894	33.477
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.094	5.189
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	37.117	39.125
1.01.08.03	Outros	37.117	39.125
1.01.08.03.01	Contas a Receber - Operações com Derivativos	36.961	38.656
1.01.08.03.04	Adiantamento a Fornecedores	79	412
1.01.08.03.20	Outros Créditos	77	57
1.02	Ativo Não Circulante	499.712	617.254
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.251	12.848
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.723	12.441
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	43
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	528	364
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	528	364
1.02.03	Imobilizado	29.946	34.777
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	25.879	32.428
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	4.067	2.349
1.02.04	Intangível	466.515	569.629
1.02.04.01	Intangíveis	466.515	569.629
1.02.04.01.02	Intangível	410.636	475.115
1.02.04.01.03	Intangível em Construção	55.879	94.514

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	882.003	875.294
2.01	Passivo Circulante	349.364	375.545
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.356	6.027
2.01.01.01	Obrigações Sociais	425	530
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.931	5.497
2.01.02	Fornecedores	11.360	14.672
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.332	14.588
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	28	84
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.117	22.077
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.697	9.279
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	8.697	9.279
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	7.420	12.798
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	7.420	11.836
2.01.03.03.02	ISS Parcelado	0	962
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	177.794	178.081
2.01.04.02	Debêntures	177.794	178.081
2.01.05	Outras Obrigações	56.720	48.839
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	46.920	40.169
2.01.05.02	Outros	9.800	8.670
2.01.05.02.05	Outras Obrigações com o Poder Concedente	1.520	1.520
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	8.280	7.150
2.01.06	Provisões	80.017	105.849
2.01.06.02	Outras Provisões	80.017	105.849
2.01.06.02.04	Provisão de manutenção	50.765	61.219
2.01.06.02.05	Provisão de ISS	29.252	44.630
2.02	Passivo Não Circulante	5.106	10.525
2.02.02	Outras Obrigações	414	414
2.02.02.02	Outros	414	414
2.02.02.02.03	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	414	414
2.02.04	Provisões	4.692	10.111
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.692	3.866
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	417	413
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	631	555
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.644	2.898
2.02.04.02	Outras Provisões	0	6.245
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	0	6.245
2.03	Patrimônio Líquido	527.533	489.224
2.03.01	Capital Social Realizado	421.692	421.692
2.03.04	Reservas de Lucros	67.532	67.532
2.03.04.01	Reserva Legal	10.525	10.525
2.03.04.02	Reserva Estatutária	13.887	13.887
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	43.120	43.120
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	38.309	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	319.661	337.995
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-238.423	-232.086
3.02.01	Custo de Construção	-1.126	-19.473
3.02.02	Provisão de Manutenção	-2.692	-10.980
3.02.03	Depreciação e Amortização	-110.523	-92.282
3.02.04	Custos com Obrigações Poder Concedente	-5.743	-5.794
3.02.05	Serviços	-113.840	-98.821
3.02.06	Custos com Pessoal	-2.539	-2.048
3.02.07	Materiais Equipamentos e Veículos	-409	-528
3.02.08	Outros	-1.551	-2.160
3.03	Resultado Bruto	81.238	105.909
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.962	-18.862
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.580	-19.993
3.04.02.01	Serviços	-13.064	-12.641
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-1.995	-1.943
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-2.281	-2.707
3.04.02.04	Materiais Equipamentos e Veículos	-455	-476
3.04.02.05	Ressarcimento ao Usuário	-2.779	-5.757
3.04.02.06	Campanhas e Eventos Promocionais	-394	-712
3.04.02.07	Provisão para risco civeis, trabalhistas e previdenciários	-826	8.305
3.04.02.08	Outros	-1.855	-1.042
3.04.02.09	Provisão para perda esperada - Contas a Receber	376	-7
3.04.02.10	Impostos, taxas e despesas com cartório	8.693	-3.060
3.04.02.11	Despesas, provisões e multas indedutíveis	0	47
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	622	1.131
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	67.276	87.047
3.06	Resultado Financeiro	-8.894	-8.839
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	58.382	78.208
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-20.073	-26.960
3.08.01	Corrente	-10.355	-19.043
3.08.02	Diferido	-9.718	-7.917
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	38.309	51.248
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	38.309	51.248
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,29603	0,39601
3.99.01.02	PN	0,29899	0,39997
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,29603	0,39601
3.99.02.02	PN	0,29899	0,39997

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	38.309	51.248
4.03	Resultado Abrangente do Período	38.309	51.248

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	135.813	127.843
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	152.068	172.003
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	38.309	51.248
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.718	7.917
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	112.518	94.225
6.01.01.04	Baixa do Ativo Imobilizado	4	0
6.01.01.05	Juros e variação monetária sobre Debêntures	5.253	10.103
6.01.01.06	Capitalização de Custo de Empréstimos	-1.485	-1.807
6.01.01.09	Resultado de operação com derivativos (fair value hedge)	-3.845	-4.879
6.01.01.10	Provisão para perda esperada - Contas a Receber	-376	7
6.01.01.11	Constituição e reversão de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	3.510	-732
6.01.01.12	Juros sobre cessão onerosa com partes relacionadas	0	235
6.01.01.13	Constituição da provisão de manutenção	2.692	10.980
6.01.01.14	Ajustes a valor presente provisão de manutenção	968	4.466
6.01.01.16	Variações Cambiais sobre Fornecedores Estrangeiros	3	-9
6.01.01.17	Atualização monetária sobre riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	177	249
6.01.01.18	Reversão da provisão de ISS	-15.378	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-16.255	-44.160
6.01.02.01	Contas a Receber	9.809	6.305
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	64	179
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-4.417	154
6.01.02.04	Despesas Antecipadas e Outras	911	-3.057
6.01.02.05	Adiantamento a Fornecedores	333	261
6.01.02.06	Fornecedores	-3.255	-2.947
6.01.02.07	Fornecedores - Partes Relacionadas	7.021	-170
6.01.02.08	Obrigações Sociais e trabalhistas	1.329	833
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	7.923	16.434
6.01.02.10	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-13.883	-14.448
6.01.02.11	Realização de Provisão de Manutenção	-20.359	-35.492
6.01.02.12	Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhista e previdenciários	-2.861	-7.823
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	1.130	-4.389
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-35.596	-137.343
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-1.945	-2.185
6.02.02	Adições de ativo intangível	-1.477	-18.166
6.02.03	Outros de ativo imobilizado e intangível	0	499
6.02.10	Aplicações Financeiras Líquidas de Resgates	-32.174	-117.491
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	100.217	-9.500
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	17.531	21.196
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	117.748	11.696

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	421.692	0	67.532	0	0	489.224
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	421.692	0	67.532	0	0	489.224
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	38.309	0	38.309
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	38.309	0	38.309
5.07	Saldos Finais	421.692	0	67.532	38.309	0	527.533

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	399.910	0	62.328	0	0	462.238
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	399.910	0	62.328	0	0	462.238
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	51.248	0	51.248
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	51.248	0	51.248
5.07	Saldos Finais	399.910	0	62.328	51.248	0	513.486

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	351.865	370.220
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	350.004	368.420
7.01.02	Outras Receitas	1.485	1.807
7.01.02.01	Juros Capitalizados	1.485	1.807
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	376	-7
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-134.853	-151.546
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-120.810	-106.156
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.225	-14.937
7.02.04	Outros	-3.818	-30.453
7.02.04.01	Custos de Construção	-1.126	-19.473
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-2.692	-10.980
7.03	Valor Adicionado Bruto	217.012	218.674
7.04	Retenções	-112.518	-94.225
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-112.518	-94.225
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	104.494	124.449
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.084	67.660
7.06.02	Receitas Financeiras	12.084	67.660
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	116.578	192.109
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	116.578	192.109
7.08.01	Pessoal	4.376	4.261
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.616	3.453
7.08.01.02	Benefícios	571	547
7.08.01.03	F.G.T.S.	141	156
7.08.01.04	Outros	48	105
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	51.330	58.332
7.08.02.01	Federais	33.386	40.394
7.08.02.02	Estaduais	335	330
7.08.02.03	Municipais	17.609	17.608
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	22.563	78.268
7.08.03.01	Juros	22.412	78.215
7.08.03.02	Aluguéis	151	53
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	38.309	51.248
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	38.309	51.248

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL NOVADUTRA

Janeiro a Março/2020

A NovaDutra (“CCR NovaDutra” ou “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente, 100% do capital social da Companhia.

As demonstrações financeiras intermediárias abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (“IASB”), especificamente, o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 1T19.

1.1 - Principais destaques

- A receita líquida operacional foi de R\$ 318,5 milhões (0,0%);
- O EBIT ajustado foi de R\$ 67,3 milhões (-22,7%) e a margem EBIT ajustada foi de 21,1% (-6,2 p.p);
- O EBITDA ajustado foi de R\$ 182,5 milhões (-5,1%) e a margem EBITDA ajustada foi de 57,3% (-3,1 p.p.);
- O lucro líquido foi de R\$ 38,3 milhões (-25,2%).

Indicadores [R\$ Mil]	1ºT20	1ºT19	%
Receita Líquida Operacional*	318,5	318,5	0,0%
EBIT (ajustado)	67,3	87,0	-22,6%
Margem EBIT (Ajustada)	21,1%	27,3%	-6,2 p.p.
EBITDA (ajustado)	182,5	192,3	-5,1%
Margem EBITDA (Ajustada)	57,3%	60,4%	-3,1 p.p.
Lucro Líquido	38,3	51,2	-25,2%

*Receita líquida operacional é a soma da receita de pedágio, receita acessória e deduções da receita, não englobando as receitas de construção.

1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq¹)

Em unidades	1ºT20	1ºT19	Var. %
Veículos Equivalentes	37.823.667	37.580.000	0,65%
Veículos Leves (Eq)	13.874.685	14.373.835	-3,47%
Veículos Pesados (Eq)	23.948.982	23.206.165	3,20%

(Veq¹) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Tráfego consolidado (0,65%) - (Veq¹)

Nosso tráfego consolidado apresentou um aumento de 0,65% no 1T20 sobre o mesmo período de 2019, devido, principalmente, ao início da retomada do crescimento econômico, porém a partir da segunda quinzena de março, os efeitos do isolamento social, imposto para conter a pandemia do COVID-19, começaram a aparecer.

Comentário do Desempenho

O índice ABCR para veículos comerciais apresentou aumento em São Paulo e redução no Rio de Janeiro, conforme apresentado abaixo nos itens abaixo.

Veículos de passeio (-3,47%) - (Veq¹)

A categoria apresentou redução de -3,47% no 1T20 em comparação ao mesmo período do ano anterior. Isso deve-se principalmente aos reflexos das medidas adotadas para evitar o aumento da pandemia do COVID-19, que reduziu o tráfego dos usuários na rodovia.

O índice ABCR Brasil de veículos de passeio no 1T20 em relação a 2019 apresentou uma redução de -6,75%, sendo que em São Paulo a redução foi de -6,98% e no Rio de Janeiro de -8,23%.

Veículos comerciais (3,20%) - (Veq¹)

A categoria apresentou aumento de 3,20% no 1T20 em comparação ao mesmo período do ano anterior. O aumento foi causado pelo início da retomada do crescimento econômico, além do adiantamento das entregas de mercadorias devido às medidas de isolamento causada pelo COVID-19.

O índice ABCR Brasil de veículos comerciais no 1T20 em relação a 2019 teve um aumento de 1,34%, sendo que em São Paulo o aumento foi de 1,21% e no Rio de Janeiro uma redução de -0,86%.

1.3 – Revisão e reajuste da tarifa de pedágio

Quando comparado o valor da tarifa básica de pedágio do primeiro trimestre de 2020 com igual período do ano anterior, verifica-se que não houve revisão até o término do trimestre, mantendo-se a TBP (Tarifa Básica de Pedágio) da NovaDutra em R\$ 15,20 (vigente desde 03 de agosto de 2018).

Em 19 de dezembro de 2019 a Companhia informou ao mercado, através de publicação no site da CVM, que a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT decidiu, no âmbito do Processo Administrativo nº 50500.307070/2019-41, determinar a redução, em 5,26%, da tarifa básica de pedágio de todas as praças compreendidas na BR-116/RJ/SP, objeto de Contrato de Concessão n.º PG-137/95-00 celebrado entre a União e a Companhia.

Adicionalmente, diante dos fatos apresentados, a Companhia informou que adotaria as medidas legais cabíveis visando a reversão desta deliberação.

Em 23 de dezembro de 2019 a Companhia informou ao mercado que, em complemento ao fato relevante divulgado em 19 de dezembro de 2019, foi proferida decisão, em 22 de dezembro de 2019, no âmbito de Mandado de Segurança impetrado perante a Justiça Federal de Brasília suspendendo a deliberação nº 1.093, de 19 de dezembro de 2019, da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no Processo Administrativo nº 50500.307070/2019-41, que havia determinado a redução em 5,26% da tarifa básica de pedágio de todas as praças compreendidas na BR-116/RJ/SP, objeto de Contrato de Concessão nº PG-137/95-00 celebrado entre a União e a Companhia.

O Mandado de Segurança tem por objetivo assegurar a observância dos procedimentos legalmente previstos para a realização de revisões tarifárias.

As publicações poderão ser consultadas através do site: <http://www.novadutra.com.br/ri>.

Comentário do Desempenho

1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita Bruta [R\$ mil]	1ºT20	1ºT19	Var. %
Receita de Pedágio	341.783	341.594	0,1%
Receitas Acessórias/Outras	7.095	7.353	-3,5%
Receita de Construção	1.126	19.473	-94,2%
Receita Bruta Total	350.004	368.420	-5,0%

Receitas acessórias: Na comparação com o 1T19 houve queda de 3,5% ou R\$ 258 mil, pois ainda não ocorreu a renovação do contrato de ocupação de faixa de domínio (fibra óptica) da Telefônica com a NovaDutra em 2020.

Receita de construção: Para 2020 há poucas obras de Upgrade previstas, devido à proximidade do fim da Concessão, além de diversas postergações de obras para o 2º trimestre, devido à incidência de chuvas acima do normal em fevereiro de 2020.

Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 1T20 (conforme demonstrado no quadro do item 1.1) foi praticamente igual à do mesmo período do ano anterior, principalmente pelo fato de o processo de reajuste tarifário de 2019 ainda não ter sido concluído. Além disso, o tráfego foi sensivelmente impactado após as medidas de isolamento social, impostas para conter a pandemia do COVID-19.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de aproximadamente 8,65% sobre a receita operacional bruta, reduziram em 0,3% no 1T20, em relação ao 1T19, totalizando o valor de R\$ 30,4 milhões.

Custos e despesas totais

Indicadores [R\$ Mil]	1ºT20	1ºT19	%
Custo de construção	1.126	19.473	-94,2%
Provisão de manutenção	2.692	10.980	-75,5%
Depreciação e amortização	112.518	94.225	19,4%
Custos contratuais	5.743	5.794	-0,9%
Serviços de terceiros	126.904	111.462	13,9%
Gastos com pessoal	4.820	4.755	1,4%
Materiais e gastos gerais	-1.418	4.259	-133,3%
Custos e despesas totais	252.385	250.948	0,6%

Os custos e as despesas totais ficaram 0,6% ou R\$ 1,4 milhão acima no 1T20 em relação ao 1T19. Se considerarmos apenas os gastos operacionais (custos contratuais, serviços de terceiros, gastos com pessoal, materiais e gastos gerais), houve um aumento de R\$ 9,8 milhões ou 7,7%. Abaixo, maiores detalhes.

Custo de construção: Os custos de construção diminuíram em R\$ 18,3 milhões no 1T20. O valor é contrapartida da receita de construção, anulando-se entre si. As principais variações que explicam a redução, foram apresentadas no item “Receita de Construção”.

Comentário do Desempenho

Provisão de manutenção: A redução de 75,5% no 1T20 em relação ao 1T19, se deu devido à reavaliação detalhada do escopo de manutenção do pavimento, tendo em vista a proximidade do encerramento do Contrato de Concessão, em fev/21.

Depreciação e amortização: O aumento de 19,4% se deve à amortização do maior volume de investimentos incorridos pela Companhia que foram entregues no 1T20 na comparação com o 1T19 e devido à proximidade do fim do contrato de Concessão, em fev/21.

Custos contratuais: Referem-se à verba contratual de Fiscalização (paga à ANTT) e à verba destinada ao reaparelhamento da Polícia Rodoviária Federal. Além disso, fazem parte todos os seguros previstos no Contrato de Concessão, dentre os quais o do patrimônio existente (*all risks*), o das novas obras (riscos de engenharia), bem como responsabilidade civil e seguro garantia. Os gastos no 1T20 ficaram -0,9% abaixo do 1T19, por conta do fim do convênio de reaparelhamento com a PRF, o qual continuará suspenso para o exercício de 2020 por decisão da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

Serviços de terceiros: Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos, sendo este último, referente aos valores envolvidos na conservação especial da rodovia, tais como estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. Tivemos um aumento de 13,9% entre os trimestres analisados, devido à mudança de escopo contratual no serviço de operação, manutenção e conservação da rodovia, ocorrida em março de 2020, além da reposição inflacionária entre os períodos analisados. Além disso, o aumento também se deve a maiores gastos com recuperação de terraplenos e drenagens em comparação com o 1T19, devido aos diversos sinistros ocasionados pelas chuvas acima do normal em fevereiro/20.

Gastos com pessoal: Os valores do 1T20 ficaram 1,4% acima, em relação ao 1T19, principalmente em função da contabilização da provisão de desmobilização de pessoal por conta do fim do contrato de Concessão em fev/21.

Materiais e gastos gerais: A redução de -133,3% do 1T20 em comparação com o 1T19, se deve, principalmente, aos valores dos tributos sobre custos de exercícios anteriores contabilizados na conta contábil de "Provisões Indedutíveis" no grupo de "Gastos Gerais", que foram estornados em mar/20, gerando redução em Gastos Gerais (grupo de custos) e aumento em Taxas, Comissões e Outros (grupo de despesas financeiras). O efeito foi praticamente nulo no resultado do período analisando estes grupos em conjunto.

EBITDA E EBIT [R\$ Mil]

Reconciliação EBITDA (R\$ mil)	1ºT20	1ºT19	Var. %
Lucro Líquido	38.309	51.248	-25,2%
(+) IR/CS	20.073	26.960	-25,5%
(+) Resultado Financeiro	8.894	8.839	0,6%
(+) Depreciação e Amortização	112.518	94.225	19,4%
EBITDA (a)	179.794	181.272	-0,8%
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>56,2%</i>	<i>53,6%</i>	<i>2,6 p.p.</i>
(+) Provisão de Manutenção (b)	2.692	10.980	-75,5%
EBITDA ajustado	182.486	192.252	-5,1%
<i>Margem EBITDA ajustada (c)</i>	<i>57,3%</i>	<i>60,4%</i>	<i>-3,1 p.p.</i>

Comentário do Desempenho

Reconciliação EBIT (R\$ mil)	1ºT20	1ºT19	Var. %
Lucro Líquido	38.309	51.248	-25,2%
(+) IR/CS	20.073	26.960	-25,5%
(+) Resultado Financeiro	8.894	8.839	0,6%
EBIT (a)	67.276	87.047	-22,7%
<i>Margem EBIT (a)</i>	<i>21,1%</i>	<i>25,8%</i>	<i>-4,7 p.p.</i>
<i>Margem EBIT ajustada (c)</i>	<i>21,1%</i>	<i>27,3%</i>	<i>-6,2 p.p.</i>

- (a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM nº. 527/2012;
- (b) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada, pois se trata de item não caixa das demonstrações financeiras;
- (c) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Resultado Financeiro [R\$ Mil]

	1ºT20	1ºT19	Var. %
Despesas financeiras	20.978	76.499	-72,6%
Juros e variações monetárias	5.779	10.337	-44,1%
Perdas com operações de derivativos	5.692	60.359	-90,6%
Outras despesas financeiras	9.507	5.803	63,8%
Receitas financeiras	12.084	67.660	-82,1%
Rendimento sobre aplicações	1.392	2.326	-40,2%
Ganhos com operações de derivativos	9.537	65.238	-85,4%
Variação Monetária	526	-	100,0%
Outras receitas financeiras	629	96	555,2%
Resultado financeiro líquido	8.894	8.839	0,6%

O valor referente às operações de derivativos tem como objetivo a proteção dos juros (IPCA) das debêntures emitidas em 2015, no valor de R\$610.000.

O resultado financeiro líquido no 1T20 ficou em 0,6% acima do 1T19 devido aos seguintes fatores:

- I. **Juros e Variações monetárias:** Houve uma queda de -61,0% em relação ao 1T19, devido à redução de -56,3% no saldo médio de endividamento;
- II. **Ganhos/Perdas com operações de derivativos:** O ganho líquido no 1T20 foi 21,2% menor que no 1T19, devido, principalmente, à queda do IPCA no 1T20 na comparação com o 1T19;
- III. **Outras despesas financeiras:** O aumento se deve à contabilização de juros e encargos moratórios referentes a tributos sobre custos de exercícios anteriores (vide explicação em "Gastos Gerais"), cujas despesas foram estornadas em sua totalidade no grupo de "Gastos Gerais";
- IV. **Rendimentos sobre aplicações:** Houve uma redução do saldo médio de caixa em 4,3%, gerando, consequentemente, menores ganhos com as aplicações financeiras.

Comentário do Desempenho

2. Investimentos

A Companhia mantém em dia os compromissos contratuais de investimento na Rodovia Presidente Dutra.

Obras iniciadas no primeiro trimestre de 2020:

- Não houve novas obras iniciadas no período.

Obras em andamento no primeiro trimestre de 2020:

- ITEM 6.17 – OBRAS ADICIONAIS DE SEGURANÇA:
 - Obras de Segurança – RJ;
- ITEM 6.18 – OBRAS ADICIONAIS DE SEGURANÇA:
 - Obras de Segurança – SP;

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de acidentes [unidade]	1T20	1T19	Var.%
Total de acidentes	1.690	1.795	-5,85%
Total de vítimas	890	888	0,23%

4. Considerações Finais

As informações financeiras da Concessionária Rodovia Presidente Dutra S/A – NovaDutra S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e foram elaboradas à partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Santa Isabel, 14 de maio de 2020.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 31 de março de 2020

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Concessionária da rodovia Presidente Dutra S/A (“NovaDutra”), pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rodovia Presidente Dutra, s/nº, km 184,3, pista norte (sentido RJ), Bairro Morro Grande, Santa Isabel/SP, CEP: 07500-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.861.626/0001-92, detém a concessão da Rodovia BR 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio, por força das disposições do Contrato de Concessão PG-137/95-00, celebrado junto à União Federal, com prazo total de 25 anos, até 28 de fevereiro de 2021, estando sujeita à exclusiva regulação, fiscalização e administração do Governo Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Após encerramento da concessão a Companhia entrará em um processo de dormência até que os assuntos decorrentes do contrato de concessão sejam solucionados.

A NovaDutra, controlada pela CCR S.A., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Chedid Jafet, 222, bloco B, 5º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP: 04551-065, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.846.056/0001-97, assumiu, como principais compromissos decorrentes da concessão, o monitoramento, melhoramento, manutenção, conservação, operação e exploração da rodovia e seus acessos, sendo remunerada pela tarifa de pedágio.

Neste trimestre não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

1.1 Efeitos da pandemia do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global, passando a ser considerado pandemia em anúncio feito pela OMS em 11 de março de 2020. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e estão gerando impactos relevantes na Companhia.

A Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação e, até 31 de março de 2020, verificou o seguinte resultado consolidado do levantamento referente ao tráfego das rodovias, na forma de veículos equivalentes:

Notas Explicativas

Real 2020 x Real 2019					
Veiculos Equivalentes					
Realizado - 12/mar/2020 a 31/mar/2020			Realizado - 01/jan/2020 a 31/mar/2020		
x			x		
Realizado - 12/mar/2019 a 31/mar/2019			Realizado - 01/jan/2019 a 31/mar/2019		
Passeio	Comercial	Total	Passeio	Comercial	Total
-42,6%	-3,5%	-18,2%	-7,0%	5,0%	0,1%

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto em suas operações bem como na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto, tanto nas operações como nos ITRs.

A Controladora (CCR S.A.) instalou comitê de crise, conforme divulgado no Fato Relevante de 18 de março de 2020 da Controladora (CCR S.A) o qual está tomando as medidas possíveis, diante dos eventos que estão ocorrendo. Abaixo demonstramos as principais análises e suas respectivas conclusões para os principais possíveis impactos sobre essas informações trimestrais:

Avaliação de continuidade operacional

- Revisamos e elaboramos semanalmente cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Em tais cenários, não se identificou problemas relacionados à liquidez ou à quebra de *covenants* da Companhia.
- O evento da pandemia tem causado elevada volatilidade nos mercados financeiros, inclusive no câmbio, onde foi possível constatar importante depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano. A Companhia não possui exposição cambial importante.

Na revisão dos fluxos de caixa foram consideradas as medidas, abaixo elencadas, que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e aumento de liquidez, diante a situação de crise. São elas:

- Contenção de despesas, priorização de investimentos;
- Adoção da MP 936/2020, com o intuito de preservar empregos, reduzindo o salário e carga horária de todo o pessoal de liderança em 25%, pelo prazo de 3 meses, com início em maio de 2020, e suspendendo o contrato de trabalho por período de tempo determinado de parte colaboradores do grupo de liderados.

Avaliação de ativos não financeiros e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Sob o ponto de vista regulatório nacional, a Companhia entende que o seu contrato de concessão está resguardado por cláusulas de proteção contra eventos de força-maior e/ou casos fortuitos.

A Companhia obteve parecer de consultor jurídico independente, corroborando o entendimento dela com relação às proteções do contrato de concessão acima mencionado e sobre o evento da pandemia do COVID-19 ser classificado como evento de força-maior.

Ainda sob o ambiente regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU), emitiu o parecer nº 261/2020, à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, onde conclui pelo direito dos concessionários a terem seus contratos de concessão reequilibrados pela decorrência dos impactos da referida pandemia.

Notas Explicativas

Sendo assim, a Companhia avalia que o contrato será reequilibrado pelos efeitos advindos da pandemia e tal reequilíbrio será suficiente para a recuperação dos ativos não monetários e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos, principalmente, relacionado a recuperabilidade do ativo intangível e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos.

Adicionalmente, tendo em vista uma potencial queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles, principalmente:

i. Redução Tarifária

Em 19 de dezembro de 2019, a diretoria da ANTT, em sessão extraordinária, por meio da Deliberação nº 1903, determinou a redução tarifária na rodovia Presidente Dutra, de R\$15,20 para R\$14,40. A Deliberação foi publicada no Diário Oficial em 20 de dezembro de 2019, e entraria em vigor no dia 23 de dezembro de 2019, a partir de 00h00.

Em 20 de dezembro de 2019, a NovaDutra impetrou mandado de segurança (processo nº 1000559-56.2020.4.01.3400) posteriormente distribuído à 4ª Vara Federal de Brasília, contra ato atribuído ao diretor-geral da ANTT, buscando a concessão de liminar para suspender os efeitos da Deliberação. Em 22 de dezembro de 2019, foi proferida decisão liminar, que determinou a suspensão dos efeitos da Deliberação e o afastamento da redução tarifária. Em 05 de fevereiro de 2020, a ANTT prestou informações requerendo a extinção do mandado de segurança em virtude de perda superveniente do objeto, uma vez que o ato impugnado foi revogado posteriormente ao ajuizamento da ação.

ii. Reequilíbrio - Tolerância de Peso

Em 13 de setembro de 2019, a NovaDutra ajuizou ação declaratória (Processo nº 5016911-49.2019.4.03.6100), perante a 5ª Vara Cível Federal de São Paulo, contra a União Federal e a ANTT visando à recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do seu contrato de concessão, em razão de alterações havidas na legislação desde 1999 que majoraram os custos com a manutenção do pavimento.

Em 21 de novembro de 2019, foram apresentadas contestações pela União Federal e pela ANTT. Em 29 de janeiro de 2020, foi proferida decisão no âmbito da referida ação judicial indeferindo a tutela de urgência. Em 21 de fevereiro de 2020, foi protocolizada Réplica pela NovaDutra e petição requerendo a produção de prova. Em 06 de março de 2020, foi interposto agravo de instrumento, nº 5005479-63.2020.4.03.0000, em face desta decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

Notas Explicativas

2. Principais práticas contábeis

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

3. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 14 de maio de 2020, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros, exceto com relação às medidas relatadas na nota explicativa nº 1.1 - Efeitos da pandemia do COVID-19.

Notas Explicativas

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	6.281	17.531
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	111.467	-
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>117.748</u>	<u>17.531</u>
	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	111.385	79.211
Total - Aplicações financeiras	<u>111.385</u>	<u>79.211</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, à taxa média de 96,98% do CDI, equivalente a 4,07% ao ano (98,23% do CDI, equivalente a 5,84% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2019).

7. Contas a receber

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	1.211	1.458
Pedágio eletrônico (b)	72.409	81.971
	<u>73.620</u>	<u>83.429</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(52)	(428)
	<u>73.568</u>	<u>83.001</u>

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Crédito a vencer	73.501	82.879
Créditos vencidos até 60 dias	57	113
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	10	9
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	52	36
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	-	392
	<u>73.620</u>	<u>83.429</u>

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;

(b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e

(c) A Provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	58.382	78.208
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(19.850)	(26.591)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(99)	(353)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(157)	(42)
Incentivos relativos ao imposto de renda	27	23
Outros ajustes tributários	<u>6</u>	<u>3</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(20.073)</u>	<u>(26.960)</u>
Impostos correntes	(10.355)	(19.043)
Impostos diferidos	<u>(9.718)</u>	<u>(7.917)</u>
	<u>(20.073)</u>	<u>(26.960)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34,38%</u>	<u>34,47%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>31/12/2019</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Saldo em 31/03/2020</u>		
			<u>Valor Líquido</u>	<u>Ativo fiscal diferido</u>	<u>Passivo fiscal diferido</u>
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.149	74	1.223	1.223	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	153	(128)	25	25	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	1.314	281	1.595	1.595	-
Resultado de operações com derivativos	(11.128)	(1.300)	(12.428)	-	(12.428)
Provisão de manutenção	22.937	(5.678)	17.259	17.259	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(17.388)	2.080	(15.308)	32.135	(47.443)
Provisão de ISS	15.174	(5.089)	10.085	10.085	-
Outros	<u>353</u>	<u>42</u>	<u>395</u>	<u>272</u>	<u>-</u>
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	12.564	(9.718)	2.846	62.594	(59.871)
Compensação de imposto	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(59.871)</u>	<u>59.871</u>
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>12.564</u>	<u>(9.718)</u>	<u>2.846</u>	<u>2.723</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

	31/12/2018	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/03/2019		
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	793	183	976	976	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	129	2	131	131	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	4.425	(2.824)	1.601	1.601	-
Resultado de operações com derivativos	(17.949)	(1.648)	(19.597)	-	(19.597)
Provisão de manutenção	86.247	(6.817)	79.430	79.430	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(25.937)	1.658	(24.279)	67.518	(91.797)
Provisão de ISS	-	1.666	1.666	1.666	-
Outros	355	(137)	218	218	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	48.063	(7.917)	40.146	151.540	(111.394)
Compensação de imposto	-	-	-	(111.394)	111.394
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	48.063	(7.917)	40.146	40.146	-

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição), composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro 2019, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações			Saldos	
	31/03/2020			31/03/2020	
	Despesas / custos com serviços prestados	Intangível	Receitas brutas	Contas a Receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladora					
CCR S.A	5.514 (a)	-	-	-	1.725 (a)
Outras partes relacionadas					
CPC	4.871 (b)	-	-	-	1.524 (b)
Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Eng.	-	513 (c)	-	-	654 (c)
Samm	161 (h)	-	383 (e)	470 (e)	35 (e)
Companhia Operadora de Rodovia	-	-	-	5 (f)	7 (f)
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	108.081 (d)	-	-	10 (i)	42.975 (d)
Total	118.627	513	383	485	46.920

	Transações				Saldos	
	31/03/2019				31/12/2019	
	Despesas / custos com serviços prestados	Intangível	Receitas brutas	Despesas financeiras	Contas a Receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladora						
CCR S.A	5.340 (a)	-	-	235 (g)	-	1.670 (a)
Outras partes relacionadas						
CPC	5.972 (b)	-	-	-	-	1.869 (b)
Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Eng.	-	7.067 (c)	-	-	-	924 (c)
Samm	154 (h)	-	357 (e)	-	536 (e)	-
Companhia Operadora de Rodovia	-	-	-	-	3 (f)	4 (f)
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	92.076 (d)	-	-	-	10 (i)	35.702 (d)
Total	103.542	7.067	357	235	549	40.169

Notas Explicativas**Despesas com profissionais chave da administração**

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Remuneração (j):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	190	357
Outros benefícios:		
Provisão para remuneração variável		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	170	170
Previdência privada	8	-
Seguro de vida	1	1
	<u>369</u>	<u>528</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Remuneração dos administradores (j)	908	787

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 07 de abril de 2020, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 4.300, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação de serviços de assessoria e gerenciamento de engenharia, processo de seleção e contratação de terceiros necessários a execução das obras executados pela CPC – Divisão Engelog e contrato de prestação de serviços de informática e manutenção executados pela CPC - Divisão EngelogTec, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Prestação de serviços por empreitada a preço global de obra de restauração de pavimento em trechos, trevos e acessos, distribuídos em vários trechos da Rodovia Presidente Dutra, com vigência de 23 de janeiro de 2014 a 21 de julho de 2017. Em 06 de junho de 2017, foi assinado novo contrato de prestação de serviços com o mesmo objeto, porém para novos trechos da rodovia, com vigência de 06 de junho de 2017 a 02 de dezembro de 2020;
- (d) Serviços de recuperação, melhoramento, conservação, manutenção, monitoramento e operação da Rodovia Presidente Dutra, com vigência até fevereiro de 2021;
- (e) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGPM;
- (f) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;

Notas Explicativas

- (g) Refere-se a cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do RodoAnel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da MP nº 651/14, convertida para Lei 13.043/2014. Os juros, de 105% do CDI, foram pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação que ocorreu em 28 de outubro de 2019, quando foi efetuado o pagamento do principal. Em 03 de maio de 2017, o RodoAnel Oeste vendeu os recebíveis para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% do CDI;
- (h) Prestação de serviços de transmissão de dados;
- (i) Indenizações devidas em decorrência de danos morais e/ou patrimoniais causados aos usuários da rodovia pagos pela Companhia mais de responsabilidade do Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra; e
- (j) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

10. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2019		31/03/2020		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		4.565	-	(53)	43	4.555
Máquinas e equipamentos		90.841	-	(25)	590	91.406
Veículos		33.173	-	-	26	33.199
Terrenos		2.074	-	-	-	2.074
Equipamentos operacionais		75.941	-	(82)	74	75.933
Imobilizações em andamento		2.349	2.019	-	(301)	4.067
Total custo		208.943	2.019	(160)	432	211.234
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	14	(4.068)	(78)	49	(43)	(4.140)
Máquinas e equipamentos	45	(71.874)	(4.402)	25	117	(76.134)
Veículos	44	(28.009)	(1.187)	-	-	(29.196)
Equipamentos operacionais	38	(70.215)	(1.611)	82	(74)	(71.818)
Total de depreciação		(174.166)	(7.278)	156	-	(181.288)
Total geral		34.777	(5.259)	(4)	432	29.946

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2018		31/12/2019			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		4.545	-	-	20	-	4.565
Máquinas e equipamentos		58.289	-	(90)	32.642	-	90.841
Veículos		35.630	-	(4.943)	2.487	(1)	33.173
Terrenos		2.074	-	-	-	-	2.074
Equipamentos operacionais		90.612	-	(72)	(14.599)	-	75.941
Imobilizações em andamento		18.271	6.884	-	(22.639)	(167)	2.349
Total custo		209.421	6.884	(5.105)	(2.089)	(168)	208.943
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	14	(3.729)	(339)	-	-	-	(4.068)
Máquinas e equipamentos	44	(42.528)	(12.794)	83	(16.635)	-	(71.874)
Veículos	43	(27.812)	(4.993)	4.793	3	-	(28.009)
Equipamentos operacionais	40	(76.830)	(10.053)	59	16.609	-	(70.215)
Total de depreciação		(150.899)	(28.179)	4.935	(23)	-	(174.166)
Total geral		58.522	(21.295)	(170)	(2.112)	(168)	34.777

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 74 no trimestre findo em 31 de março de 2020 (R\$ 326 no trimestre findo em 31 de março de 2019). A taxa média de capitalização nos trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019, foi de 0,25% a.m. e de 0,31% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

Notas Explicativas

11. Intangível e intangível em construção

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2019		31/03/2020		
		Saldo inicial	Adições	Transferências		Saldo final
				(a)	Outros (b)	
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		2.738.330	-	41.145	(60)	2.779.415
Direitos de uso de sistemas informatizados		21.649	-	119	-	21.768
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		1.289	108	(551)	-	846
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		6.184	-	-	-	6.184
Intangível		2.767.452	108	40.713	(60)	2.808.213
Intangível em construção		94.514	2.510	(41.145)	-	55.879
Total custo		2.861.966	2.618	(432)	(60)	2.864.092
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(c)	(2.267.994)	(104.484)	-	-	(2.372.478)
Direitos de uso de sistemas informatizados	49	(18.159)	(756)	-	-	(18.915)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		(6.184)	-	-	-	(6.184)
Total amortização		(2.292.337)	(105.240)	-	-	(2.397.577)
Total geral		569.629	(102.622)	(432)	(60)	466.515

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2018		31/12/2019			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		Saldo final
					(a)	Outros (d)	
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		2.697.585	-	-	43.341	(2.596)	2.738.330
Direitos de uso de sistemas informatizados		20.318	-	(37)	1.368	-	21.649
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		-	541	-	748	-	1.289
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		6.184	-	-	-	-	6.184
Intangível		2.724.087	541	(37)	45.457	(2.596)	2.767.452
Intangível em construção		82.898	55.130	-	(43.368)	(146)	94.514
Total custo		2.806.985	55.671	(37)	2.089	(2.742)	2.861.966
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(c)	(1.888.959)	(380.059)	-	23	1.001	(2.267.994)
Direitos de uso de sistemas informatizados	47	(15.448)	(2.711)	-	-	-	(18.159)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		(6.184)	-	-	-	-	(6.184)
Total amortização		(1.910.591)	(382.770)	-	23	1.001	(2.292.337)
Total geral		896.394	(327.099)	(37)	2.112	(1.741)	569.629

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;
 (b) Baixa de caução;
 (c) Amortização pela curva de benefício econômico; e
 (d) Do total de R\$ 1.741, R\$ 499 refere-se a baixa de ativos contratados em anos anteriores, com valor diferente do valor de mercado.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.411 no trimestre findo em 31 de março de 2020 (R\$ 1.481 no trimestre findo em 31 de março de 2019). A taxa média de capitalização nos trimestres findos em 31 de março de 2020 e 2019 foi de 0,25% a.m. e de 0,31% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

12. Debêntures

Série	Taxas Contratuais	Taxa efetiva	Vencimento Final	31/03/2020	31/12/2019
		do custo de transação (% a.a.)			
4ª Emissão - Série única (a)	IPCA+6,4035% a.a.	N/I	Agosto de 2020	177.794	178.081 (b)
Circulante					
Debêntures				177.794	178.081

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

Notas Explicativas

- (a) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 18.

Garantias:

- (b) Garantia real.

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação.

Para maiores detalhes sobre as debêntures, vide nota explicativa nº 12 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

13. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Não circulante	31/12/2019		31/03/2020			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Cíveis	2.898	3.810	(447)	(2.769)	152	3.644
Trabalhistas e previdenciários	555	147	-	(92)	21	631
Tributários	413	-	-	-	4	417
Total	3.866	3.957	(447)	(2.861)	177	4.692

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e previdenciários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	31/03/2020	31/12/2019
Cíveis e administrativos	14.463	15.950
Trabalhistas e previdenciários	1.329	1.292
	15.792	17.242

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de março de 2020 é de R\$ 33.187 (R\$ 32.902 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

14. Provisão de manutenção

	31/12/2019		31/03/2020			
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	61.219	2.606	935	(20.359)	6.364	50.765
Não circulante	6.245	86	33	-	(6.364)	-
	<u>67.464</u>	<u>2.692</u>	<u>968</u>	<u>(20.359)</u>	<u>-</u>	<u>50.765</u>

A taxa utilizada no cálculo do valor presente é de 6,60% a.a.

15. Patrimônio Líquido

a. Lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	31/03/2020	31/03/2019
Numerador		
Lucro líquido	38.309	51.248
Denominador		
Média ponderada de ações - ordinárias e preferenciais (em milhares)	128.766.186	128.766.186
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,29603	0,39799
Lucro por ação preferencial - básico e diluído (a)	0,29899	0,39799

(a) Para as ações preferenciais da Companhia é assegurado o recebimento de dividendos, em 1% maior que às ações ordinárias.

16. Receitas operacionais

	31/03/2020	31/03/2019
Receitas de pedágio	341.783	341.594
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	1.126	19.473
Receitas acessórias	6.712	6.996
Receita de prestação de serviço entre partes relacionadas	383	357
Receita bruta	<u>350.004</u>	<u>368.420</u>
Impostos sobre receitas	(30.296)	(30.355)
Devoluções e abatimentos	(47)	(70)
Deduções da receita bruta	<u>(30.343)</u>	<u>(30.425)</u>
Receita operacional líquida	<u>319.661</u>	<u>337.995</u>

Notas Explicativas

17. Resultado financeiro

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(2.721)	(6.138)
Variação monetária sobre debêntures	(3.058)	(3.965)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(968)	(4.466)
Perda com operações de derivativos	(5.692)	(43.251)
Capitalização de custos dos empréstimos	1.485	1.807
Valor justo sobre empréstimos (<i>fair value hedge</i>)	-	(17.108)
Juros sobre cessão onerosa com partes relacionadas	-	(235)
Juros e multa sobre ISS	(8.727)	(2.787)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.292)	(356)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(5)	-
	<u>(20.978)</u>	<u>(76.499)</u>
Receitas financeiras		
Variação monetária sobre debêntures	526	-
Ganho com operações de derivativos	3.997	47.690
Valor justo sobre financiamentos e debêntures (<i>fair value hedge</i>)	5.540	17.548
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.392	2.326
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	2	9
Juros e outras receitas financeiras	627	87
	<u>12.084</u>	<u>67.660</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(8.894)</u>	<u>(8.839)</u>

18. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	<u>31/03/2020</u>			<u>31/12/2019</u>		
	Valor justo através de resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através de resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixas e bancos	6.281	-	-	17.531	-	-
Aplicações financeiras	222.852	-	-	79.211	-	-
Contas a receber	-	73.568	-	-	83.001	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	485	-	-	549	-
Contas a receber - operações com derivativos	36.961	-	-	38.656	-	-
Passivos						
Debêntures (a)	(177.794)	-	-	(178.081)	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(11.596)	-	-	(63.788)
Obrigações com poder concedente	-	-	(1.520)	-	-	(1.520)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(46.920)	-	-	(40.169)
	<u>88.300</u>	<u>74.053</u>	<u>(60.036)</u>	<u>(42.683)</u>	<u>83.550</u>	<u>(105.477)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Notas Explicativas

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** – Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da conta do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores – partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Contas a receber com derivativos** – Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*hedge accounting*)** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado.

Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 177.380 (R\$ 172.126 em 31 de dezembro de 2019), conforme detalhado a seguir:

<u>Série</u>	<u>Taxa contratual</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
4a Emissão - Série única	IPCA+ 6,4035% a.a.	100,1% até 101,2% do CDI	177.380

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 12.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras	222.852	79.211
Derivativos a receber	36.961	38.656
Debêntures	(177.794)	(178.081)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Notas Explicativas

- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações nas taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 4ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Notas Explicativas

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valor de referência (Nocional) (1)		Valor justo		Efeito acumulado		Resultado	
					Moeda local		Moeda local		Valores a receber/ (recebidos)		(Perda)/Ganho em resultado	
					31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/03/2019
SWAP												
Posição ativa	Bradesco	12/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a. 101,20% do CDI	310.019	310.019	88.930 (70.319)	89.073 (69.614)	18.611	19.459	(848)	2.222
Posição passiva	Votorantim	16/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a. 100,10% do CDI	310.019	310.019	88.648 (70.298)	88.789 (69.592)	18.350	19.197	(847)	2.217
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/03/2020					620.038	620.038	36.961	38.656	36.961	38.656	(1.695)	4.439
TOTAL DAS OPERAÇÕES CIRCULANTE							36.961	38.656	36.961	38.656		

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

(2) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários nos meses de abril e outubro de cada ano, até o vencimento final.

Notas Explicativas

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Riscos de juros	(1.695)	4.439

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2021 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 4ª Emissão	IPC-A ⁽³⁾	Agosto de 2020	177.380	(6.185)	(6.715)	(7.243)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	IPC-A ⁽³⁾	Agosto de 2020	(177.165)	6.244	6.780	7.313
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	CDI ⁽²⁾	Agosto de 2020	140.611	(1.925)	(2.401)	(2.873)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁴⁾	CDI ⁽²⁾		176.831	6.316	7.894	9.472
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁴⁾	CDI ⁽²⁾		46.021	1.641	2.051	2.461
Total do efeito de ganho ou (perda)				6.091	7.609	9.130
Efeito sobre debêntures				(1.866)	(2.336)	(2.803)
Efeito sobre as aplicações financeiras				7.957	9.945	11.933
Total do efeito de ganho / (perda)				6.091	7.609	9.130

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	3,65%	4,56%	5,48%
IPC-A ⁽³⁾	3,30%	4,13%	4,95%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/03/2020, divulgada pela B3;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

Notas Explicativas

- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/03/2020, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).

19. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de março de 2020 esses compromissos estavam estimados em R\$ 157.405 (R\$ 177.841 em 31 de dezembro de 2019).

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

20. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de março de 2020 e 2019. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Fornecedores	(60)	-
Fornecedores - partes relacionadas	-	1.306
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>-</u>	<u>1.306</u>
Adições ao intangível	60	(1.306)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>60</u>	<u>(1.306)</u>

- b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

21. Eventos subsequentes

Coronavírus

Conforme Comunicados ao Mercado divulgados semanalmente pela controladora CCR S.A., verificou-se no período de 1º de abril a 07 de maio de 2020, e no período de 1º de janeiro a 07 de maio de 2020, em comparação com mesmos períodos do ano anterior, os seguintes efeitos na demanda:

Real 2020 x Real 2019					
Veiculos Equivalentes					
Realizado - 01/abr/2020 a 07/mai/2020			Realizado - 01/jan/2020 a 07/mai/2020		
x			x		
Realizado - 01/abr/2019 a 07/mai/2019			Realizado - 01/jan/2019 a 07/mai/2019		
Passeio	Comercial	Total	Passeio	Comercial	Total
-57,9%	-23,7%	-37,3%	-21,4%	-3,4%	-10,7%

Notas Explicativas

	<u>01/04/2020 a</u> <u>30/04/2020</u>	<u>01/04/2019 a</u> <u>30/04/2019</u>	<u>% Var.</u>
Receita líquida de receita de construção	65.620	105.950	-38%

Dividendos

Em 20 de abril de 2020, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, o pagamento de dividendos no valor de R\$ 36.428, correspondentes a R\$ 0,28289685337 por ação, à conta de parte do saldo dos “Dividendos Adicionais Propostos” nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019. Os dividendos foram pagos em 23 de abril de 2020.

Aumento de Capital

Em 27 de abril de 2020, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia realizado nesta mesma data, no valor de R\$ 11.008, sendo R\$ 10.525 mediante a capitalização do saldo da “Reserva Legal” e R\$ 483 referente a capitalização de parte do saldo dos “Dividendos Adicionais Propostos” nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019, passando o capital social da Companhia de R\$ 421.692 para R\$ 432.700.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Administradores da

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

Santa Isabel - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para nota explicativa nº1 às informações contábeis intermediárias, que descreve que o contrato detido, pela Companhia, de concessão de exploração da Rodovia Presidente Dutra por 25 anos, tem vigência até 28 de fevereiro de 2021 e após o seu encerramento a Companhia entrará em um processo de dormência. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de maio de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2020.

Santa Isabel/SP, 14 de maio de 2020.

CARLA HENRIQUES SILVA FORNASARO

DIRETORA PRESIDENTE E DIRETORA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

GUILHERME MOTTA GOMES

DIRETOR OPERACIONAL

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2020.

Santa Isabel/SP, 14 de maio de 2020.

CARLA HENRIQUES SILVA FORNASARO

DIRETORA PRESIDENTE E DIRETORA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

GUILHERME MOTTA GOMES

DIRETOR OPERACIONAL